



**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL** DE  
— JACARAÚ —

**Ocorrência nº 122/2016**

Livro nº 01/2016

Aos três (03) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Jacaraú na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade de TERCIO CHAVES DE MOURA JÚNIOR, Delegado de Polícia Civil, às 09h02, compareceu a pessoa seguir qualificada:

**PEDRO ANTONIO DA SILVA**, 63 anos de idade, nascido(a) aos: 04/10/1952 em Rio Tinto-PB, filiação: Antonio Abel da Silva e Severina Maria do Carmo, RG: 09.479.865-9 DETRAN/RJ, união estável, agricultor, residente no Sítio Estacada, S/Nº, zona rural, Curral de Cima-PB.

A quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (Art. 299 CP), tendo declarado que compareceu a esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

- 1) NATUREZA DO FATO: acidente automobilístico.
- 2) DATA DO FATO: 06/12/2015.
- 3) HORÁRIO: não informado.
- 4) LOCAL: Sítio Campinas, zona rural de Curral de Cima-PB.

**BREVE RESUMO DO FATO: QUE** o notificante viajava como passageiro em uma motocicleta, por uma estrada de areia no Sítio Campinas, zona rural de Curral de Cima, quando o condutor (que estava em alta velocidade), derrapou, derrubando ambos no chão; **QUE** em seguida o notificante foi socorrido para o complexo hospitalar de Mangabeira em João Pessoa.

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, Agente de Investigação que digitei.

  
PEDRO ANTONIO DA SILVA

  
Kennedy de Carvalho Andrade  
EPC – Mat. 155.335-6





## LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

NOME		Pedro Antonio da Silva		PRONTUÁRIO Nº	
IDADE	63	SEXO	M	COR	
		CLÍNICA	Ortop	ENF.	14
				LEITO	48
DATA DE ADMISSÃO		06/12/15		DATA DE ALTA	
				13/01/16	
DIAGNÓSTICO INICIAL		Fratura dos ossos da perna (E)		CID	
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO		O mesmo		S82.3/S82.4	
OUTROS DIAGNÓSTICOS					
PRINCIPAIS EXAMES		Raio x da perna (E) AP e perfil			
PROCEDIMENTO REALIZADO:		Tratamento cirúrgico			
TERAPEUTICA MEDICAMENTOSA					
ANATOMIA PATOLÓGICA					
INFECÇÃO F.O.		<input type="checkbox"/> SIM		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	
RESULTADO BACTERIOLOGIA		COLETA DE MATERIAL		<input type="checkbox"/> SIM	
				<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	
CONDIÇÕES DE ALTA		<input checked="" type="checkbox"/> MELHORADO		<input type="checkbox"/> REMOVIDO	
		<input type="checkbox"/> A PEDIDO		<input type="checkbox"/> CURADO	
				<input type="checkbox"/> ÓBITO	

RESUMO CLÍNICO	HISTÓRIA EVOLUÇÃO TERAPÊUTICA COMPLICAÇÕES
(E) Paciente com dor e edema em perna de membro inferior contuso por acidente de moto	

DIETA:	Libre	ORIENTAÇÕES PÓS ALTA
REPOUSO:	Relativo em casa por _____ dias. Retorno às atividades sem esforço físico em _____ dias. Retorno às atividades com esforço físico leve em _____ dias e com esforço maior em _____ dias.	
CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA: Lave-a com água e sabão duas vezes por dia. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.		
MEDICAÇÕES PARA CASA:		

RETORNO	Ao posto de saúde em _____ para retirada de pontos. Ao Ambulatório do <u>D.A. Tamielides</u> em 30 dias para revisão.
---------	--

DATA	13/01/16	ASS. MÉDICO / CRM
Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar Para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.		





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL DE CIMA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins, que o Sr. Pedro Antônio da Silva, de 63 anos, foi socorrido pela Equipe de Saúde do nosso Município, vítima de acidente de queda de Moto, no Sítio Campinas – Curral de Cima/PB, às 14:40 do dia: 06/12/2015. Realizado atendimento Pré-Hospitalar e encaminhado de ambulância para o Hospital Ortotrauma em João Pessoa – PB.

Curral de Cima, 28 de Dezembro de 2015.

*Iraci Abreu*  
**Iraci Abreu**  
Sec. Saúde  
CNS 700108992766819

**IRACI MARIA DE ABREU**  
(Secretaria Municipal de Saúde)

*Maria Aparecida Inocência de A. Gabínio*  
**MARIA APARECIDA INOCÊNCIA DE A. GABÍNIO**  
(Coordenadora de Enfermagem)

*Maria Aparecida Inocência de A. Gabínio*  
**Maria Aparecida Inocência de A. Gabínio**  
Enfermeira  
COREN-PB 55593

Rua Josefa Eugenia, S/N Centro – Curral de Cima – PB./CEP: 58291.000 – CNPJ: 01612372/0001-31



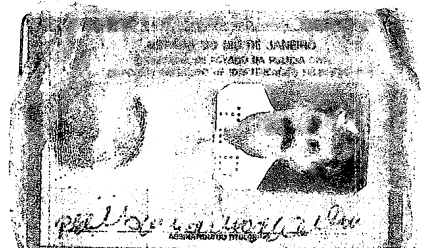
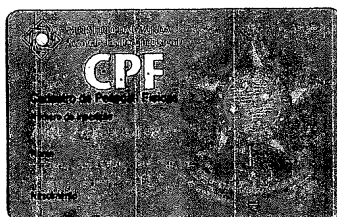
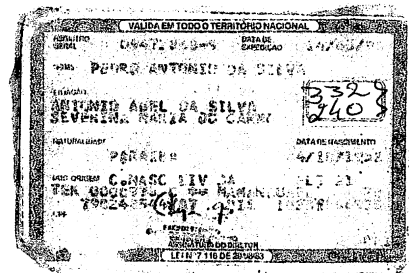
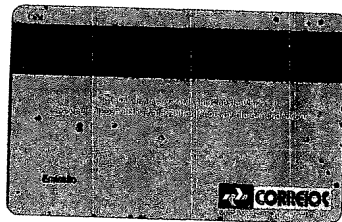
**Atenção**

Este documento é uma cópia eletrônica de um documento original. Para garantir a validade jurídica, o documento original deve ser apresentado em caso de dúvida ou contestação. O documento original é o único que possui validade jurídica e deve ser apresentado em caso de dúvida ou contestação.

Para mais informações, consulte o site: [www.tjpb.jus.br](http://www.tjpb.jus.br)

Processo nº 2011.021.7.015  
 PÁGINA 250/12016  
 R\$ 103,68  
 TOTAL A PAGAR


8987000001-8 0380054000-5 028780016-0 028780016-0





# INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO E DECLARAÇÕES



 <b>Nóbrega Advogados Associados</b>	<b>PB JOÃO PESSOA</b> Av. Cap. José Pessoa, 320 – Jaguaribe CEP 58015-170 Tele/Fax: (83) 3222-6610
	<b>RN PARNAMIRIM</b> Av. Maria Lacerda Montenegro, 2.835 sl 11 - Nova Parnamirim CEP 59152-600 - Tel.: (84) 3208-9861
	<b>PE OLINDA</b> Av. José Carlos Lima Cavalcante, 3995 - sl. 23 – Casa Caiada CEP 53030-260 - Tel.: (81) 3431-9543
	E-mail: <a href="mailto:hallisonjc@hotmail.com">hallisonjc@hotmail.com</a>

## Procuração

<b>Parte Outorgante</b>	<p><b>PEDRO ANTONIO DA SILVA</b>, 63 anos, brasileiro, união estável, agricultor, RG 9479865-9, CPF 498.248.544-87, com endereço na(o) <b>Sítio Estacada, s/n, Zona Rural, CURRAL DE CIMA PB</b>.</p>
-------------------------	---

<b>Parte Outorgada</b>	<p>➤ <b>HALLISON GONDIM DE OLIVEIRA NÓBREGA</b>, solteiro, inscrito na OAB/PB 16.753; RN 972-A; PE 1563-A; BA 39042;</p> <p>➤ <b>MÁRIO VICENTE DA SILVA FILHO</b>, solteiro, inscrito na – OAB/PB 19.647 e</p> <p>➤ <b>EDSON MORETE DOS SANTOS</b> – OAB/PB 12.619 e RN 701-A;</p> <p>todos brasileiros e Advogados com Escritório Principal na Cidade de <b>JOÃO PESSOA PB</b>, na Av. Capitão José Pessoa, 320 – Jaguaribe - CEP 58015-170.</p>
------------------------	---

Pelo presente instrumento de **PROCURAÇÃO**, a retro **Parte Outorgante** nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados (**PARTE OUTORGADA** acima), **conferindo-lhes** os poderes da cláusula "*ad judicia et extra*", em qualquer instância ou Tribunal, para, em conjunto ou separadamente, defender interesses nas ações que propuser ou contra si forem propostas ou já em andamento, além de transigir, acordar, receber e dar quitação, celebrar acordos (inclusive *extras judiciais*), firmar e ratificar termos e compromissos, e praticar todos os demais atos em direito permitidos, por mais especiais que sejam, até substabelecer, com ou sem reservas de poderes, no todo ou em parte, podendo, ainda, receber Alvará Judicial de Pagamentos junto a quaisquer instituições públicas e/ou privadas (inclusive Estabelecimentos Bancários e/ou Financeiros e Seguradoras), passando recibo e dando quitação.

<b>Contrato</b>	<p>Fica <b>CONTRATADO</b>, desde já, que os devidos honorários advocatícios serão na base de <b>25% (vinte e cinco por cento)</b> sobre o valor bruto a receber (no caso de indenização e outros recebimentos congêneres), os quais, quando for o caso, serão descontados em favor do constituído (art. 22 § 4º da Lei 8.906/94), com expedição do respectivo Alvará pelo juízo da ação, constando a soma dos honorários sucumbenciais e os contratuais, tudo em favor do outorgado que o requerer e conforme pacto através do presente instrumento, sendo que, quando houver prestações continuadas (benefícios mensais previdenciários, pensão alimentícia e congêneres), serão pagos, além dos honorários sobre atrasados, também sobre os valores recebidos durante os 12 (doze) meses seguintes. Nas ações que não visem qualquer recebimento em espécie, os honorários serão os constantes da tabela da OAB do Estado onde for ajuizada a Ação. Assim, fica configurado <b>CONTRATO DE ADESÃO</b>, formalizado, para qualquer eventualidade futura.</p>
-----------------	---

JOÃO PESSOA PB, 21 de março de 2016.

*Pedro Antonio da Silva*

01A) KIT Poc E Decl - Atual - 26mar14 - P-ASSINAR  
(S-Cad.) 25%

Cad. 4528

1/3



# DECLARAÇÃO

(não ajuizamento de ação DPVAT)

Parte Declarante	<b>PEDRO ANTONIO DA SILVA</b> , 63 anos, brasileiro, união estável, agricultor, RG 9479865-9, CPF 498.248.544-87, com endereço na(o) <b>Sítio Estacada, s/n, Zona Rural, CURRAL DE CIMA PB</b> .
------------------	--

Para que surta seus jurídicos e legais efeitos, a parte acima qualificada e abaixo assinado declara, para os devidos fins de Direito que se fizerem necessários, que não recebeu verbas referentes ao Seguro DPVAT que está sendo objeto do pedido da exordial, bem como não ajuizou ação em outra comarca visando recebimento do referido seguro contra outra seguradora ou em qualquer outro Estado da Federação. Declara, ainda, estar ciente das sanções administrativas, cíveis e criminais em caso falsa declaração.

JOÃO PESSOA PB, 21 de março de 2016.

*Pedro Antonio da Silva*

01A) KIT Poc E Decl - Atual - 26mar14 - P-ASSINAR  
(S-Cad.) 25%

Cad. 4528

2/3



## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

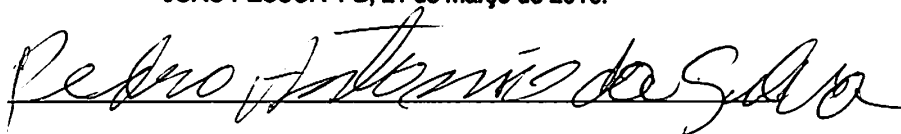
Parte Declarante	<b>PEDRO ANTONIO DA SILVA</b> , 63 anos, brasileiro, união estável, agricultor, RG 9479865-9, CPF 498.248.544-87, com endereço na(o) <del>Sítio Estacada</del> , s/n, Zona Rural, CURRAL DE CIMA PB .
------------------	---

A parte acima qualificada e abaixo assinado declara, nos termos da Lei 1.060/50, que é pobre na forma da lei, não dispondo de meios que possibilitem custear as despesas processuais e honorárias da ação a ser proposta.

Afirma, ainda, ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a verdade.

Assina esta declaração para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

JOÃO PESSOA PB, 21 de março de 2016.





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**1ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0834794-75.2016.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Em determinados casos promovidos perante o Poder Judiciário, extrai-se a necessidade da comprovação do prévio requerimento administrativo como requisito essencial para a utilidade da providência jurisdicional, isso porque a provocação do Estado e a posterior concretização do processo não pode ser instrumento de mera consulta, mas sim, meio de aplicação da justiça, como forma de soluções de conflitos. Especificamente nas ações em que se pretende a cobrança do seguro obrigatório (DPVAT), este Juízo se posiciona no sentido da necessidade do demandante instruir sua petição inicial com o comprovante de prévio requerimento administrativo. Nesse sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. (RE 839.314 MA) e do TJPB (AI 0002366-96.2015.815.0000). Dessa forma, intime-se a parte autora, via seu advogado, para emendar sua peça inicial, a fim de acostar nos autos o comprovante do seu prévio requerimento administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321 do CPC/2015). Não havendo a apresentação da emenda, certifique-se e após, façam-se os autos conclusos para extinção.

JOÃO PESSOA, 20 de julho de 2016.

Josivaldo Félix de Oliveira

Juiz de Direito





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**1ª Vara Cível da Capital**

---

PROCESSO Nº 0834794-75.2016.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM (7)  
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: PEDRO ANTONIO DA SILVA  
RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

**Intime-se a parte autora, via seu advogado, para emendar sua peça inicial, a fim de acostar nos autos o comprovante do seu prévio requerimento administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321 do CPC/2015).**

JOÃO PESSOA-PB, 29 de agosto de 2017.

Analista/Técnico Judiciário



Excelentíssimo(a) Sr.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da(o) **01ª Vara Cível** da Comarca de

**JOÃO PESSOA PB:**

**virtual**

Processo: **0834794-75.2016.8.15.2001** ()

**(Justiça Gratuita)**

Parte Aut.: **PEDRO ANTONIO DA SILVA**

**Ajuizamento: 14/jul/16**

PEDRO ANTONIO DA SILVA, na da ação dos autos em epígrafe, face o despacho de fls. vem, mui respeitosamente, por seu advogado, oferecer

**comprovante de requerimento administrativo**

cuja juntada requer,

Assim, requer o prosseguimento do feito, com o seu encaminhamento a Exame pericial, conforme consta da Exordial.



P. Deferimento.

JOÃO PESSOA PB, 14 de setembro de 2017.

**Hallison Gondim de Oliveira Nóbrega**

Advogado OAB/PB 16.753 – RN 972-A – PE 1563-A – BA 39042



Seguradora Líder-DPVAT A...

https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo/TermStoreId=d70816af-a93d-4fa4-8300-d63dc78deb&TermSetId=0f1

Novo Consulta

**COMO PEDIR INDENIZAÇÃO**

Documentos Despesas Médicas  
Documentos Invalidez Permanente  
Documento Morte  
Dicas Indispensáveis

**PAGUE SEGURO**

Como Pagar  
Consulta a Pagamentos Efetuados  
Informações Gerais

**ACOMPANHE O PROCESSO**

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

**SINISTRO 3140101018 - Resultado de consulta por beneficiário**

**VÍTIMA** PEDRO ALMEIDA GOMES  
**COBERTURA** Invalidez  
**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** VICENTE SALEK Consultoria e Regulação de Sinistros Ltda  
**BENEFICIÁRIO** PEDRO ALMEIDA GOMES  
**CPF/CNPJ:** 29324890549

**Posição em 14-09-2017 18:26:52**  
Pagamento creditado ao beneficiário de acordo com os dados informados na autorização de pagamento.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
02/01/2015	R\$ 3.375,00	R\$ 0,00	R\$ 3.375,00





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**1ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0834794-75.2016.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Defiro o pedido de justiça gratuita.

Nas ações de cobrança de DPVAT, dificilmente ocorre acordo antes de realizada a perícia, a audiência de conciliação pode ser postergada para momento posterior ao da perícia, fazendo-se adaptações no procedimento que conduzam à máxima efetividade dos atos processuais e à maior celeridade do processo.

Assim, deixo de marcar audiência prévia de conciliação. Cite-se o réu para contestar no prazo de 15 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial. Da análise da inicial, já verifico a necessidade de prova pericial.

Intime-se a parte ré para, no prazo de dez dias, depositar em conta judicial o valor designado, correspondentes aos honorários periciais. Não se realizando o depósito, serão considerados verdadeiros, salvo prova documental em contrário, os fatos aduzidos na inicial, pertinentes às lesões e sequelas sofridas pelo autor.

Nomeio perito o Dr. Antonio Vituriano, médico ortopedista, telefones (83) 99996-1529, (83) 3034-6219, e-mail: antoniovituriano@outlook.com. Fixo o valor dos honorários periciais no patamar de R\$ 200,00 (duzentos) reais em razão do convênio celebrado entre a Seguradoras e o TJPB.

Após, intime-se o perito nomeado para dizer dia, hora e local para a realização do exame clínico para fins de perícia, que deve ser aprazado com antecedência de 60 dias, e fixando o prazo de 20 (vinte dias) para a entrega do laudo, a contar da data do exame clínico. Desde já, formulo os seguintes quesitos: 1- Quais as



lesões sofridas pelo autor? 2- As lesões decorreram de acidente de veículo? 3- Essas lesões tornam algum membro ou função deficiente? 4- Totalmente ou em parte? 5 Em que percentual? 6- Das lesões resulta incapacidade para o trabalho ou incapacidade fisiológica? 7- A incapacidade é temporária ou permanente? 8- Das lesões resultam redução da capacidade laboral ou fisiológica? 9- A incapacidade, se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetada ou é incompleta? 10- No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão é intensa (75% ou mais), média (50%), leve (25%) ou residual (10% ou menos)? Intime-se a parte ré para indicar assistente técnico e apresentar outros quesitos diferentes dos formulados por este juízo, no prazo de contestação.

A parte autora já teve tal oportunidade na inicial. Os quesitos devem ser apresentados em duas vias para serem entregues em secretaria, além da via de protocolo do advogado, sendo uma via para ficar no processo e outra via para ser remetida ao perito. Após apresentado o laudo, intemem-se as partes para se pronunciarem sobre o mesmo, no prazo comum de 15 (quinze) dias e informarem se têm interesse em audiência de conciliação, bem como expeça-se alvará para levantamento dos honorários periciais. Solicitada por ambas as partes audiência de conciliação, a secretaria apraze a audiência. Se somente uma parte ou nenhuma requerer a realização de audiência de conciliação, e cumpridas as diligências acima determinadas, tragam-me conclusos para sentença.

JOÃO PESSOA, 19 de junho de 2019.

Josivaldo Félix de Oliveira

Juiz de Direito



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**1ª Vara Cível da Capital**  
**AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520**

Nº DO PROCESSO: 0834794-75.2016.8.15.2001  
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: PEDRO ANTONIO DA SILVA

**RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**  
**Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000**

**MANDADO DE CITAÇÃO INTIMAÇÃO**

O MM. Juiz de Direito do 1ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, **CITE** a parte por todos os atos do processo acima identificado, e para, querendo, apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias. **INTIME** ainda para, no prazo de dez dias, depositar em conta judicial o valor designado, correspondentes aos honorários periciais no patamar de R\$ 200,00 (duzentos) reais em razão do convênio celebrado entre a Seguradoras e o TJPB.. Não se realizando o depósito, serão considerados verdadeiros, salvo prova documental em contrário, os fatos aduzidos na inicial, pertinentes às lesões e sequelas sofridas pelo autor.

JOÃO PESSOA, em 15 de julho de 2019

WALESKA VIDAL LOPES

Servidor

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:  
<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:  
16071413593544300000004338123



## **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que em cumprimento ao mandado retro, no dia 16/07/2019, às 16h12min, me dirigi ao endereço indicado neste, e sendo aí, **CITEI/INTIMEI A MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, na pessoa de seu representante legal, a **Sra. LILIANI CARNEIRO DOS SANTOS**, que tomou conhecimento de todo conteúdo do presente mandado, que lhe entreguei a contrafé e a cópia da inicial e após a sua leitura, exarou sua nota de ciência. O referido é verdade.

João Pessoa, 16 de julho de 2019.

**JASON ASSIS CARLOS PEREIRA SALDANHA**

Oficial de Justiça

Mat. 471.823-2



Successfully created



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
1ª Vara Cível da Capital  
AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Nº DO PROCESSO: 0834794-75.2016.8.15.2001  
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: PEDRO ANTONIO DA SILVA

RÉU: **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**

Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000

#### MANDADO DE CITAÇÃO INTIMAÇÃO

O MM. Juiz de Direito do 1ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, **CITE** a parte por todos os atos do processo acima identificado, e para, querendo, apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias. **INTIME** ainda para, no prazo de dez dias, depositar em conta judicial o valor designado, correspondentes aos honorários periciais no patamar de R\$ 200,00 (duzentos) reais em razão do convênio celebrado entre a Seguradoras e o TJPB.. Não se realizando o depósito, serão considerados verdadeiros, salvo prova documental em contrário, os fatos aduzidos na inicial, pertinentes às lesões e sequelas sofridas pelo autor.

JOÃO PESSOA, em 15 de julho de 2019

WALESKA VIDAL LOPES

Servidor

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:  
16071413593544300000004338123

  
16-07-19  
16:12  
MAPFRE Seguros  
Liliani Carneiro  
Emissão Em Geral  
Tel. (83) 3244-3339

16/07/2019 11:13



## **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que em cumprimento ao mandado retro, no dia 16/07/2019, às 16h12min, me dirigi ao endereço indicado neste, e sendo aí, **CITEI/INTIMEI A MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, na pessoa de seu representante legal, a **Sra. LILIANI CARNEIRO DOS SANTOS**, que tomou conhecimento de todo conteúdo do presente mandado, que lhe entreguei a contrafé e a cópia da inicial e após a sua leitura, exarou sua nota de ciência. O referido é verdade.

João Pessoa, 16 de julho de 2019.

**JASON ASSIS CARLOS PEREIRA SALDANHA**

Oficial de Justiça

Mat. 471.823-2

